

PT adia divulgação do programa de emergência de Lula

O anúncio das cinco medidas emergenciais para enfrentar a crise econômica, previsto para ser feito esta semana pelo candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva, provocou divergências na cúpula da campanha do petista, informou a agência O Globo. Os coordenadores se reúnem hoje na produtora onde Lula passará o dia gravando o último programa eleitoral gratuito, para tomar uma decisão. De um lado, o comando político é favorável ao anúncio das medidas, para que o eleitorado o veja como um candidato preparado para governar o país.

Mas os economistas e o próprio candidato preferem ser mais cautelosos nos últimos dias da campanha. Eles alegam que não seria oportuno anunciar em setembro medidas prontas para serem adotadas apenas em janeiro de 99 — data da posse do próximo presidente eleito — já que nem mesmo o governo anuncia em detalhes seus próximos passos.

O argumento é que a crise econômica tem efeitos rápidos e pode mudar o cenário repentinamente, podendo tornar as medidas da oposição velhas e inadequadas. Os economistas lembraram ainda que poderá haver um fato novo no cenário econômico do país, dependendo da decisão que for tomada na reunião anual do FMI, iniciada ontem e que prossegue até o dia 8, em Washington. Há a possibilidade de sair um empréstimo para o Brasil. Desta forma, num eventual segundo turno, a oposição ao presidente po-

deria se transformar numa vidraça fácil para o adversário, que abordaria possíveis erros das propostas divulgadas agora.

Os economistas da campanha de Lula já vinham apontando os caminhos que traçam para diminuir os efeitos da crise: controle progressivo do câmbio; redução dos juros para a produção; restrição das importações e criação de alíquotas especiais para favorecer as exportações; criação de um programa de empregos; aumento do salário mínimo e implantação do orçamento participativo, posto em prática em prefeituras petistas. Preocupado em não fazer gol contra nos últimos minutos do jogo, Lula tem tomado todo o cuidado, especialmente no programa gratuito, para não aparecer como inimigo do real.

O PT vai requerer ao TSE a cassação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso sob o argumento de que, ao mandar carta aos 17.270 servidores públicos com cargos de confiança, com pedido de voto e contribuição financeira, houve coação e abuso do poder de autoridade. No caso de o TSE não julgar a ação a tempo, o PT pede a declaração de inelegibilidade do presidente e a nulidade do seu diploma, se eleito. A ação baseia-se na Lei Eleitoral e na Lei das Inelegibilidades.

O comitê de Fernando Henrique Cardoso não quis se manifestar a respeito. A orientação da assessoria jurídica da campanha é aguardar as decisões do TSE.